



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 026/2017.

JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO
PEDIDO ENCAMINHADO VIA E-MAIL

A Empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com matriz inscrita no CNPJ 04.008.185/0001-31 e endereço na Rua Desembargador Sinval Moreira Dias, 1712, na cidade de Natal/RN, CEP n.º 59.075-340, apresentou manifestação de Impugnação do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 026/2016 (o inteiro teor encontra-se no seguinte endereço eletrônico: http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/CPL_PU_PE_26_2017_Vigilancia_Impugnacao_Intelfort.zip), nos seguintes termos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

A licitação está convocada para o dia 16/05/2015 e finda em 13/05/2015 o prazo para apresentação de Recursos de Impugnação, nos termos do Art. 41, § 2º da Lei 8666/93. Assim, esta impugnação é tempestiva, impondo-se seu conhecimento.

2. RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação visa adequar o procedimento licitatório em epígrafe ao o reconhecimento da necessidade da correção da desarmonia apresentada, com a republicação do edital, desta feita com a previsão da aplicação da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017, que, revogou a IN 02/2009 (sic).

A Impugnante apresenta como ponto de inconformidade a alegação de que a exigência contida na citada Instrução Normativa não teria sido atendida pelo Edital da licitação publicada, citando o seguinte:

Ao que se vê do edital, há previsão de submissão do certame à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009 (sic), a qual é destacada em vários momentos diferentes do ato convocatório, do que se depreende a necessidade de as licitantes observarem referido diploma normativo.

Ocorre que referido diploma não está mais em vigor. Em 26 de maio de 2017 foi publicada a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017, que, revogou a IN 02/2009 (sic).

O novo diploma entrou em vigor 120 dias após a sua publicação, isto é, no mês de setembro, de sorte que, ao tempo da publicação do presente edital, não mais se poderia falar em aplicação da IN 02/2009 (sic), apenas da IN 05/2017.

Com efeito, ao estabelecer obediência à IN 02/2009 (sic), o edital acaba prevendo a aplicação de norma revogada, o que não se pode admitir. Cria-se, a mais, a necessidade de revisão completa do edital, que deve ser republicado, desta feita com a previsão de incidência da IN 05/2017.

Tal é um imperativo, ressalte-se, de segurança para as licitantes, que não podem ser cobradas a aplicar a IN 02/2009 (sic) em razão de a norma já estar revogada. Outrossim, também poderia ser discutida a aplicação da

IN 05/2017 diante da falta de previsão editalícia. Portanto, para que não haja dúvida e insegurança entre as licitantes, o acolhimento desta impugnação é medida que se impõe.

Solicita, por fim, a retificação do Instrumento Convocatório, de modo a fazer constar, como dito, os critérios estabelecidos como obrigatórios pela aludida Instrução Normativa.

3. RAZÕES E CONCLUSÃO DO PREGOEIRO:

O Pregoeiro da CPL-PU conclui que o pedido não merece prosperar e decide manter as condições iniciais do Certame, pela justificativa a seguir:

A Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, faz constar do seu art. 75 que tal normativo entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

A vigência equivale ao período da vida da norma, desde o início de sua obrigatoriedade até sua revogação. É, portanto, o interregno entre o início e o fim da obrigatoriedade da norma.

Como se sabe, denomina-se *vacatio legis* o período intercorrente entre a publicação da lei e a sua entrada em vigor. Enquanto não se vence o prazo da *vacatio legis*, considera-se em vigor a lei antiga sobre a mesma matéria.

Quanto a questão de quando será o exato dia do início de sua aplicação fática, em especial pelo que dispõe o parágrafo único do mencionado art. 75 da referida IN, é preciso recorrer ao sistema de normas de sobredireito previsto no ordenamento jurídico pátrio.

Assim sendo, a forma de contagem do prazo da *vacatio legis* é a dos dias corridos, com inclusão do de começo e inclusão do de encerramento, computados

sábados, domingos e feriados. Não se aplica, portanto, ao cômputo da *vacatio legis*, o princípio da prorrogação para o dia útil imediato quando o último dia do prazo não for dia útil. Considerando que a data da publicação da Instrução Normativa nº 5, de 2017, foi o dia 26 de maio de 2017, uma sexta-feira, computando o prazo de vacância da norma de cento e vinte dias, o último dia do prazo será dia 22 de setembro de 2017, também uma sexta-feira.

Aplicando a regra do § 1º do art. 8º da Lei Complementar 95, de 1998, na contagem do prazo de vigência da IN 5/2017, o início de sua vigência será o dia 23 de setembro de 2017, um sábado.

Não obstante, é preciso levar em consideração que, mesmo iniciando a sua vigência em dia não útil, a IN-5/2017 somente será efetivamente aplicada aos processos de contratações públicas no dia **25 de setembro de 2017**, segunda-feira, por força do artigo 23 da Lei 9.784, de 1999 - Lei do Processo Administrativo Federal -, que determina que os atos processuais somente podem ser realizados em dias úteis.

Voltando ao Art. 75, Parágrafo único, vislumbramos o seguinte: “Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 2, de 2008, os procedimentos administrativos autuados ou registrados até a data de entrada em vigor desta norma”.

4. CONCLUSÃO:

A data da publicação da Instrução Normativa nº 5, de 2017, foi o dia 26 de maio de 2017, e o último dia do prazo foi o dia 22 de setembro de 2017, também uma sexta-feira.

Pelas razões anteriormente expostas, o início efetivo de sua vigência passou a ser o dia **25 de setembro de 2017**, segunda-feira, por força do artigo 23 da Lei 9.784, de 1999.

Pois bem, o Processo Administrativo Nº 23074.035441/2017-11 foi autuado em **07 de junho de 2017**, data anterior ao início da vigência da IN-5/2017, conforme se pode verificar no link a seguir: <https://sipac.ufpb.br/sipac/downloadArquivo?idArquivo=608836&key=8fd58a2556a76cd611eb53ed22caf601>, de modo que não há o que se falar em aplicabilidade da Instrução Normativa Nº 05/2017, permanecendo, para todos os efeitos, o preconizado pela IN-02/2008.

É O JULGAMENTO DO RECURSO:

Manter as condições originais do Edital.

João Pessoa – PB, 13 de Novembro de 2017.

ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA

Pregoeiro Oficial
(Original Assinado)

Ratifico a decisão:

PROF. DR. JOÃO MARCELO ALVES MACEDO

Prefeito Universitário – Autoridade Competente
(Original Assinado)